



# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

---

Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak  
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –  
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>77</b>
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>100</b>
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6641911038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>111</b>
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6641911039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>123</b>
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>155</b>
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>169</b>
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>185</b>
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>199</b>
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110315</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>209</b>
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>216</b>
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>229</b>
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>244</b>
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>261</b>
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>295</b>
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110322</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>307</b>
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>323</b>
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>332</b>
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110325</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>345</b>
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110326</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>361</b>
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110327</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>373</b>
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110328</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>397</b>
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110329</b>	



**CAPÍTULO 30 ..... 410**

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.66419110330**

**CAPÍTULO 31 ..... 443**

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

**DOI 10.22533/at.ed.66419110331**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 428**

## AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)

**Rinaldo de Castilho Rossi**

Departamento de Geografia da UFBA  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Humana da USP  
Salvador – Bahia

**RESUMO:** Concebida em meio aos debates científicos acerca das desigualdades socioespaciais, a noção de autossegregação tem sido identificada como um processo ou dinâmica intraurbana associado a formação de espaços residenciais fechados, como nos casos dos condomínios e loteamentos de acesso limitado. Porém ainda há grande divergência sobre a pertinência desse conceito, bem como sobre sua abrangência e sua aplicabilidade para leitura dos fenômenos urbanos contemporâneos. Este trabalho é um esforço para contribuir com esse debate, tendo como base a observação das formas residenciais fortificadas e sua análise socioespacial, desenvolvida a partir do estudo da história e geografia local, observando os agentes envolvidos e das práticas socioespaciais correlatas. Os casos estudos nos bairros periféricos do Subúrbio Ferroviário de Salvador (Bahia, Brasil) permitiram coletar evidências de conflitos entre frações da classe trabalhadora na apropriação do espaço residencial e do espaço público, viabilizando novas considerações científicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** autossegregação, fortificação residencial, segregação, habitação.

**ABSTRACT:** Conceived among the debates about socio-spatial inequality, the scientific notion of auto-segregation have been identified as urban process or dynamics which is related to the residential fortification, as in the cases of condominiums and allotments that have a limited access. On the other hand there is a great divergence about its applicability to analyze the urban reality of nowadays. This paper represents an effort to contribute to this debate, based in the observation of residential fortified forms with its socio-spatial analyses, developed by the study of local history and geography, observing the social agents involved and socio-spatial practices related. After case studies were developed in neighborhoods of the Subúrbio Ferroviário (railroad's suburb) in Salvador (Bahia, Brazil), data were collected evidencing conflicts between fractions of the working class in the appropriation of residential and public spaces, making possibly new scientific considerations.

**KEYWORDS:** auto-segregation, residential fortification, segregation, habitation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os estudos urbanos são relevantes ferramentas analíticas frente aos desafios sociais e políticos do século XXI, de modo que, a complexidade do espaço das cidades tem sido alvo de crescente atenção da ciência e da sociedade.

A complexidade da questão urbana, já debatida ao final do século XX ganhou maior dinamismo na virada para o século XXI, quando o capital financeiro viabiliza a mais valia por meio da “acumulação flexível do capital” (BENKO, 1996).

Com auxílio dos aparelhos técnico-científico-informacionais a produção e reprodução do espaço urbano têm aprofundado contradições e produzido novos conteúdos e dinâmicas. Um dos componentes importantes da reprodução das relações capitalistas no mundo atual refere-se a sua capacidade de fazer do espaço “sua condição de produção”, por apropriá-lo enquanto “recurso”, “força produtível” e “mercadoria reproduzível” (CARLOS, 2015: 26).

Os novos conteúdos e a diversidade do espaço urbano tem propiciado releituras conceituais sobre questões como a segregação, autosegregação, fragmentação e relação centro-periferia. Essa realidade tem implicado aos “bairros periféricos” (SERPA, 2007) maior diversidade interna, especialmente nas metrópoles brasileiras, onde há tensões históricas em termos sociais e raciais (GARCIA, 2006), o que implica, por vezes, a “militarização da questão urbana”, que envolve a difusão da violência urbana, do narcotráfico, do mercado de segurança e da fortificação residencial (SOUZA, 2000).

Nesse bojo, apresenta-se aqui esforços de investigação sobre a autosegregação e sua aplicabilidade no contexto dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, analisando criticamente dados empíricos sobre a reprodução de espaços residenciais fechados em bairros periféricos e plurais, onde convivem contradições entre grupos sociais e frações da classe trabalhadora e do subproletariado (Marx, 2008; Marx e Engels, 2010; Singer, 2012).

### 1.1 Metodologia

O conceito de autosegregação tem tímida aplicação em estudos de bairros periféricos. Essa aparente lacuna favoreceu o interesse desta pesquisa em verificar o papel desses processos no Subúrbio Ferroviário. Implicando o desafio teórico-metodológico de analisar morfologia espacial e práticas socioespaciais, para compreender o espaço urbano:

As novas formas que a metrópole assume em sua metamorfose e se revela enquanto modos de apropriação do lugar da vida, portanto, aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações da sociedade, o que aparece como desafio à análise do mundo moderno, exigindo um esforço de interpretação que tente abordá-la em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica (CARLOS, 2001: 50)

Nesse sentido, o estudo em escala local é um modo de evidenciar singularidades, particularidades e intencionalidades correspondentes a múltiplas escalas, ajudando

a compreender como os “espaços residenciais fechados” – considerados aqueles espaços residenciais com mais de um lote, onde há fortificação, fechamento e/ou limite de acesso (SPOSITO; GOÉS, 2013) – têm se constituído em bairros onde habitam as frações da classe trabalhadora.

Assim, a primeira etapa deste trabalho consistiu em observar a morfologia residencial fortificada, com a utilização das imagens disponibilizadas gratuitamente na internet e a realização de visitas entre os anos 2015-17 em algumas vizinhanças residenciais dos bairros de Fazenda Coutos, Ilha Amarela, Paripe, Periperi e Plataforma.

Em um segundo momento - por meio de pesquisa documental, bibliográfica e da realização de entrevistas -, foi possível fazer um levantamento sobre histórico local, práticas socioespaciais dos moradores, espaços de integração, gestão e papel dos agentes na produção e reprodução do espaço, assim como reconhecer melhor a heterogeneidade dos lugares inscritos nesses bairros.

A partir do sistemático confronto entre teoria e empiria foi possível, como etapa final, analisar e produzir alguma síntese sobre a autosegregação segundo o recorte espacial definido. Nesse sentido, alguns resultados de pesquisa são aqui apresentados.

## 2 | FRONTEIRAS DA AUTOSSEGREGAÇÃO

As “fronteiras urbanas” decorrem, segundo Carlos (2011: 138), da apropriação capitalista do espaço, que atua no encolhimento do espaço público e no repartimento do privado. Assim, pensar fronteiras da autosegregação implica refletir sobre os limites e implicações deste fenômeno no espaço, comumente associado à insegurança e a fortificação residencial em cidades brasileiras.

A formação de espaços residências fechados tem sido ampliada com as dinâmicas específicas do capitalismo em sua fase financeira e informacional. Esta nova realidade tem sido objeto de inúmeras abordagens na Geografia, destaca-se aqui as elaborações sobre o “meio-técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006) e a noção de “reestruturação urbana” (SPOSITO, 2013).

A reprodução do espaço urbano, neste contexto, tem implicado, com maior intensidade, as diferenciações socioespaciais – e dinâmicas correlatas, como a segregação, autosegregação, fragmentação. Esses processos são tributários de uma nova lógica de organização de centralidades e periferias nas cidades, que é concebida e executada pelo Estado, instituições financeiras e incorporadores imobiliários. Para favorecer a circulação de capitais, os agentes mencionados constroem uma cidade poli(multi)nucleada (SPOSITO, 2013)

Estes novos conteúdos da urbanização, permitiram atualizar as abordagens sobre a segregação, superando uma concepção estritamente residencial, pautada como “diferenciação residencial” (HARVEY, 1980); superando também aplicações mais restritas ou tradicionais, como defende Vasconcelos (2013). Nesta pesquisa



busca-se estudar a segregação por meio da investigação das práticas socioespaciais:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deteriorização/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). (...) Deste modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana) (...) Seu entendimento, todavia, situa-se e explica-se no movimento do processo de produção do espaço urbano como momento da reprodução da vida humana no plano da prática socioespacial (CARLOS, 2013: 96)

Deste enredo emerge nos estudos urbanos brasileiros, uma discussão sobre a instalação de condomínios fechados e outras formações residenciais fortificadas, aspectos discutidos em Caldeira (1996), Souza (2000), Rodrigues (2013), entre outros.

Compreender o imaginário das escolhas e das práticas do poder público, do poder privado e do cidadão em termos da criação e desconstrução de espaços residenciais fechados, compõe o acervo de possibilidades do estudo da segregação. O “fechamento da rua, o isolamento da rua no bairro” implica à forma espacial um uso mais restrito e limitado, realizando “o lugar enquanto ideologia, como auto-segregação” (CARLOS, 2007b: 99).

Para referir-se a uma espécie de segregação deliberada e viabilizada pelo poder de consumo, a noção de autosegregação passa a ser defendida e divulgada nos trabalhos de Souza (2000). Sua aplicação, contudo, não é consensual, para Rodrigues (2013: 151), por exemplo, loteamentos e condomínios murados apenas “concretizam uma das maneiras de segregação socioespacial”.

Em que pese a realidade da violência urbana, há de se considerar que agentes capitalistas internacionais e nacionais, muitas vezes associados ao Estado, têm difundido a sensação de insegurança, que é apontada por Sposito e Goés (2013) como principal motivador de processos de autosegregação. Esta sensação, ao favorecer espacialmente o mercado de segurança e valorizar a moradia, fomenta práticas e valores relacionados ao privilégio de morar isolado dos que são vistos como marginais.

De uma parte, é tragicamente dialético que a criminalidade engendre, involuntariamente, várias formas de aquecimento da economia capitalista e reforço e legitimação de determinados interesses estabelecidos: da indústria de armamentos (a serviço dos delinquentes, das forças da repressão e também dos cidadãos desesperados) ou carros-fortes aos novos estilos de morar e consumir em (pretensa) segurança; da expansão da imprensa marrom que se nutre da violência e a realimenta até o fortalecimento do desejo de um Estado “forte” por parte da opinião pública amedrontada e manipulada. (...) A criminalidade, porém, não ameaça o capitalismo, nem intencionalmente, nem efetivamente (SOUZA, 2000: 190, 191)

Sposito e Goés (2013) reconhecem que a autosegregação pode ser identificada por meio das formas e práticas socioespaciais, devendo ser entendida como par

dialético, ideal e complementar da segregação socioespacial:

Segregação e autosegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autosegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO; GOÉS, 2013: 281)

Barbosa (2008) e Sposito; Goés (2013) destacam consequências que a autosegregação e suas formas relativas têm causado ao espaço público, uma vez que implicam apropriações por vezes ilegais ou irregulares de equipamentos e vias públicas, restringindo acesso a praias e outros espaços de reprodução da vida, lazer e trabalho, fato que é fomentado por incorporadores e corretores imobiliários.

Isto também ocorre em decorrência do fato de que entre os dispositivos legais que estabelecem os regimes condominiais e não-condominiais (Leis Federais nº 4.491/64; nº 6.766/79; nº 9.785/99) há dubiedades, omissões e não se pratica quase nenhuma fiscalização, o que tem provocado alguns debates em casas legislativas e fóruns do judiciário.

Coloca-se, para este trabalho uma questão intrigante: em que medida a adoção da fortificação residencial e a consolidação de espaços residenciais fechados no Subúrbio Ferroviário podem evidenciar processos de autosegregação, ainda que mais brandos que nas nuances dos bairros da elite econômica?

Deve-se notar ainda, por fim, que, com a disseminação dos sentimentos de medo e insegurança, os próprios pobres muitas vezes vêm adotando, em vários de seus espaços típicos (periferias, subúrbios e até mesmo algumas favelas), medidas que emulam as estratégias e os dispositivos de autoproteção dos ricos, como guaritas e cancelas (BARBOSA, 2008: 108)

Por compreender a moradia murada como produto imobiliário, Rodrigues (2013: 147) afirma que ela tem se tornado alvo de interesse dos membros de inúmeras frações de classe, podendo existir de modos específicos a depender do contexto local, mas relacionando-se com o fenômeno mundial. Estas considerações ressaltam a importância de investigar as fronteiras da autosegregação na periferia de Salvador.

### 3 | AUTOSSEGREGAÇÃO NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO

O Subúrbio Ferroviário, como hoje é conhecido, abarca as praias, planícies e morros situados às margens da Baía de Todos os Santos, setor noroeste da península de Salvador, primeiras terras de ocupação portuguesa com rotas de trânsito e engenhos ainda no século XVI. Sua funcionalidade suburbana surgiu com a instalação da ferrovia ao final do século XIX, tornando-o espaço favorável à instalação industrial e de bairros

operários no início do século XX. Esta especialização industrial ganha novo ciclo na década de 1970 (BRITO, 2005; 2007).

A partir daí, investimentos federais mediados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pelo Governo do Estado e por outros agentes viabilizaram conjuntos habitacionais, loteamentos regulares privados e vias públicas, a exemplo da av. Afrânio Peixoto, conhecida como av. Suburbana (GORDILHO-SOUZA, 2006). Os conjuntos habitacionais geralmente estavam sob tutela do Instituto de Orientação Cooperativas Habitacionais da Bahia em Salvador (INOCOOP) e da empresa pública Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A. (URBIS).

Ao final da década de 1990, as últimas indústrias deixam de existir no Subúrbio Ferroviário, que tornou-se, atualmente, moradia de 10% dos soteropolitanos (IBGE, 2010), podendo ser considerado um aglomerado de bairros de reconhecida diversidade urbanística (PEREIRA, 2014) que sofre com processos de segregação socioespacial e racial (GARCIA, 2006).

Neste sentido, ao olhar a morfologia residencial do Subúrbio Ferroviário especula-se os “modos, limites e possibilidades do uso, definido no espaço-tempo da vida” Carlos (2001: 54). Buscando uma sistematização dos dados, os espaços residenciais cercados observados foram classificadas enquanto conjuntos habitacionais verticais, loteamentos residenciais ou cercamento de vielas (Figura 1).



FIGURA 1 – Viela com portão em Paripe

FONTE: Pesquisa de campo (2015).



FIGURA 2 – Cercamento em Fazenda Coutos

Fonte: Google Maps (2011).

O espaço residencial fechado na escala da travessa ou da viela em meio a “autoconstrução popular” (OLIVEIRA, 1972) nas favelas representa uma potente e extensa agenda de pesquisa (pouco explorada), tendo ocorrência cada vez mais visível em diversos bairros de Salvador. O fechamento de ruas em loteamentos residenciais consolidados pelo mercado imobiliário, por outro lado, tem sido recorrente pesquisado, com inúmeros casos no Subúrbio Ferroviário, como em um loteamento em Fazenda Coutos, onde garagens fechadas foram instaladas em área pública e ruas transversais fechadas com portão (FIGURA 2).



FIGURA 3 – Muro e garagem no conjunto Vista Alegre

Fonte: Pesquisa de campo (2015).



FIGURA 4 – Fotografias do mesmo local revelam construção recente de muro e portão em Colinas de Periperi

Fonte: superior: Google Maps (2011); inferior: pesquisa de campo (2015).

As observações de campo conduziram a pesquisa a lançar olhar sobre os conjuntos habitacionais verticais e em todos os cinco conjuntos de prédios do Subúrbio Ferroviário foi verificada fortificação. Dois deles estão em fase de conclusão/entrega, oriundos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Os outros três, feitos para



servidores públicos, foram entregues na década de 1980, com investimentos do BNH e gestão do Governo do Estado, sendo eles Mirantes de Periperi, Colinas de Periperi e Vista Alegre (Fazenda Coutos). Nesses três têm sido crescente a construção de muros e, em alguns casos, instalação de sistemas eletrônicos de segurança (FIGURAS 3 e 4).

Para uma análise mais aprofundada sobre os processos de autosegregação, recorreu-se a um mergulho empírico através dos estudos de caso.

### 3.1 Moradia privilegiada em paripe: o loteamento da sapoca

O loteamento da Sapoca (bairro Paripe) foi concebido como um loteamento residencial aberto (na década de 1970), nos moldes da lei federal 4.491/64, como parte da contrapartida dada pelo poder público à família de um fazendeiro local, que detinha uma propriedade que abarcava a orla e as cumeadas próximas à paradisíaca praia de Tubarão e à ponta da Sapoca, pressionado a vender suas terras ao poder público e privado que se apropriou da Baía de Aratu com a industrialização.

O sr. Paulo Pinto, principal informante do histórico local, enquanto engenheiro e filho do fazendeiro, liderou a construção do loteamento e dos primeiros cercamentos, sendo ao longo de anos responsável pela gestão interna. O mesmo afirma que, com o povoamento de Paripe e aumento dos frequentadores a praia de Tubarão, diminuiu o privilégio dos moradores deste loteamento, motivando o primeiro cercamento na década de 1980 com intuito de afastar “ladrões de galinha” e os banhistas:

Se eu não botasse um portão, seria o que? o mictório deles? Então nós botamos o portão apenas para impor respeito só (...) pra você ver que não tinha violência nem nada (PINTO, 2015).



FIGURA 5 – Imagens da fortificação no loteamento da Sapoca

Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Desde de 1980 a fortificação residencial tem sido reforçada com a adoção de portaria eletrônica e sistema de vigilância/alarme (FIGURA 5); este serviço não vingou e foi cancelado em meados de 2010. Neste ano, a professora da UFBA, Sra. Lavínia Neves dos Santos Mattos (30 anos), passou a morar no loteamento por este garantir

“casa espaçosa, ambiente arborizado, área para criação de cachorros e tranquilidade”, remetendo ao ideal de lugar autosssegado para moradia.

A professora e o marido compõem a associação de moradores local, criada para gerir a área comum e lutar pela regulamentação do loteamento enquanto condomínio junto à Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), que apresentou, em 2016, interesse em utilizar a rua da Sapoca como acesso e suporte a praia. Ela revela que há uma constante preocupação em manter a manutenção dos portões de acesso, ainda que não tenha sido registrado qualquer incidente grave de violência nas últimas décadas.

O que se revela na fala dos informantes é a idealização do loteamento da Sapoca enquanto lugar autosssegado que preserva moradia tranquila e amena na metrópole. Essa qualidade do lugar é ressaltada até pelos menos preocupados com segurança, como o sr. e sr.<sup>a</sup> Cason (77 e 75 anos), italianos que vivem lá desde 1996, sendo os únicos moradores que afirmam acessar com frequência equipamentos do bairro, sem usar carro.

De todo modo, a manutenção do loteamento Sapoca como espaço residencial fechado tem dificultado a mobilidade na orla de Tubarão, que tem sido conflituosa aos finais de semana. A rua da Sapoca seria a mais acessível conexão entre a rua Eduardo Dotto (orla) e a rua Iriguaçu, onde predominou a auto-construção de residências.

Observa-se que (FIGURA 6), enquanto o acesso a praia pela rua Sapoca possui 0,3 km de extensão, a via aberta de acesso mais próxima exige percorrer 1,5 km. Isso explica as estratégias criadas por alguns moradores do entorno, que envolvem pular so muros ou abrir neles brechas que viabilizem o acesso.

A dinâmica espaço-temporal demonstra, neste caso, a autosssegregação como processo continuado imanente à reprodução do espaço do loteamento Sapoca, que persiste fechado para restringir “estranhos” em seus cotidianos, impondo à cidade uma apropriação privilegiada e irregular de via pública, sem assegurar contrapartida proporcional à coletividade.



FIGURA 6 – Impactos do fechamento da rua Sapoca na mobilidade local  
Fonte: imagem Googlemaps, acesso em 2015 com elaboração autoral.

### 3.2 Reinventando a autosegregação em mirantes de Periperi

Santos (1990) destaca o papel do Banco Nacional da Habitação (criado em 1964) como agente promotor de reestruturações no espaço das metrópoles brasileiras no final do século XX. Inegavelmente, este agente também cumpriu papel destacado, em parceria a outras instituições, ao viabilizar a incorporação imobiliária no Subúrbio Ferroviário, direcionada para frações da classe trabalhadora.

Nesse contexto, os três conjuntos de prédios foram construídos, nas cumeadas entre a BA-528 e a av. Suburbana, para viabilizar residência a servidores públicos, o que era um privilégio em relação aos demais trabalhadores assalariados, que em sua maioria não tinha renda suficiente para o mercado formal, como destaca Brito (2005).

As entrevistas agregaram conhecimentos à leitura da reprodução destes espaços. Destacam-se três delas: a corretora Jurema S. Telles (CRECI/BA- nº14607) e os moradores antigos e representantes locais Alberto S. de Jesus (53 anos) e Márcio S. Nascimento (45 anos).

No conjunto de Mirantes de Periperi os moradores fazem referência a um conflito urbano originário: ao passo que a obra prosseguia e os apartamentos eram entregues, crescia também a ocupação informal em seu entorno, com adesão de famílias dos trabalhadores da construção civil da época. O conflito teve seu auge com a construção do muro em volta do conjunto, muro que já constava no projeto original.

O fato sugere que este foi concebido como moradia autosegregada, destinada a uma fração específica da classe trabalhadora, tendo seu acesso dificultado aos moradores e transeuntes das demais vizinhanças em decorrência de situarem-se sobre

cumeadas rodeadas de encostas íngremes. O sr. Márcio, ainda jovem, observava nos adultos a busca por uma vizinhança mais isolada e homogênea:

(...) naquela época a comunidade era mais dividida, e muitas famílias dos edifícios consideravam que os moradores das 'favelas' eram má influência para seus filhos ou que seriam todos 'pessoas erradas'.

Seguindo o regime do INOCOOP, a construção do muro foi deliberada pelos moradores dos edifícios em reunião, sendo executada sob a gestão da Associação de Moradores de Mirantes de Periperi (hoje inativa). Isso representou, para os moradores da ocupação, limitações de acesso ao campo de futebol e ao final de linha de ônibus, que naquele momento contava com uma única rota para o bairro do Itaigara.

Fundador da Associação de Moradores Mirantes II, o Sr. Alberto foi um dos primeiros ocupantes informais e principal informante acerca do histórico local. Ele considera que havia na época “um apartheid entre os que moravam na comunidade e os que moravam nos edifícios”. Não atoa que o muro foi sendo paulatinamente destruído pelos moradores da ocupação que visavam acesso a vias estratégicas para reprodução de suas vidas, sendo que em 2000, segundo sr. Alberto, ele já praticamente não existia, sendo seus resquícios usados como parede de casas (FIGURA 7).



FIGURA 7 – Resquícios do muro original de Mirantes de Periperi

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Os informantes apontam que o conflito originário vem sendo amenizado ao longo das últimas gerações por meio de eventos e encontros comunitários, políticos, esportivos, religiosos e no uso do único equipamento de lazer infantil, recém construído. Parte dessa integração ocorreu na fonte de água natural Paulo Jackson, frequentada como lugar de trabalho, lazer e acesso a água potável pelos mais velhos no final do século XX, prática que quase não ocorre mais.

Ainda que seja correto considerar que os conflitos entre moradores dos edifícios e das casas foram amenizados, um novo aspecto morfológico tem chamado atenção nas observações na década de 2010: a fortificação em torno dos edifícios (FIGURA 8).





FIGURA 8 – Mosaico de fotos revela modos de fortificação em edifícios de Mirantes de Periperi

Fonte: pesquisa de campo (2017).

A corretora sr.<sup>a</sup> Jurema afirma que é comum ao morador buscar o espaço murado e considera isto um fator positivo na valorização imobiliária. Essas incorporações são feitas por iniciativa local, geralmente liderada pelo síndico do prédio e construído com mão de obra experiente local. Não sendo tomada nenhuma iniciativa, na maioria dos casos, em prol da regularização do muro junto ao poder público, ao passo que este também não tem criado empecilhos para a fortificação.

O sr. Alberto, que representa mais diretamente os moradores da ocupação afirma que não vê problemas na construção de muros em volta dos prédios, desde que permaneçam abertos os espaços de circulação pública. O Sr. Márcio afirma que ainda hoje alguns moradores dos prédios se acham superiores e querem se isolar: “tem pessoas que porque mora em um prédio acha que tem uma riqueza a mais”.

Com base no exposto, é plausível considerar que, a autosegregação tem sido processo imanente à reprodução do espaço urbano de Mirantes e Colinas de Periperi, e vem sendo alvo de resistências dos moradores de fora dos edifícios, que conseguiram restringi-la. Por outro lado, ela persistiu enquanto dinâmica, sendo timidamente reinventada nos últimos anos do modo possível, na restrita escala do prédio, não mais afetando vias de circulação coletiva.

### 3.3 Programa minha casa minha vida (PMCMV) no subúrbio ferroviário

Os estudos sobre o PMCMV apresentam empreendimentos diversos no Brasil vendidos como espaços residenciais fechados, sendo que os estudos sobre alguns destes empreendimentos têm revelado seus agentes sociais e interesses relacionados (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Similarmente, os dois empreendimentos enquadrados na categoria 3 do programa, em fase de construção pela empresa TENDA no Subúrbio Ferroviário, têm sido vendidos enquanto condomínios fechados, o que reforça a tese de que interessa ao setor imobiliário e a este programa a promoção de espaços residenciais fechados (SPOSITO e GOÉS, 2013).

Sob esse conceito, o Residencial Bellas Águas foi concebido e vem sendo vendido, ressaltando a segurança e tranquilidade da moradia intra-muros. A mesma

ideia orienta a propaganda do Residencial Mar Azul (FIGURA 9), a diferença é que este situa-se em uma das últimas cumeadas com Mata Atlântica preservada no Subúrbio Ferroviário, com vista privilegiada da Baía de Todos os Santos. O site da incorporadora afirma que o projeto ainda está sem aprovação da Prefeitura e alega não ter matrícula de incorporação. O poder público, por outro lado, auxiliou a construção de novas vias para favorecer o empreendimento que tem gerado graves impactos nas vizinhanças.



FIGURA 9 – Residencial Mar Azul

Fonte: empresa TENDA

O fato de essa pesquisa ainda não ter tido acesso aos memoriais de incorporação dos empreendimentos dificulta tecer considerações semelhantes às de Barbosa (2008), acerca da legalidade destes empreendimentos enquanto condomínios fechados, como afirmam seus consultores de venda.

Neste caso, o PMCMV revela-se promotor da autosegregação enquanto conceito e mercadoria da moradia no Subúrbio Ferroviário, atendendo à demanda de uma parcela da classe trabalhadora que busca uma moradia privilegiada e supostamente segura, com valores acessíveis e financiamentos.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada não se pretende concluída, uma vez que os resultados até aqui sugerem novas possibilidades de investigação. Ela permite, contudo, tecer considerações sobre a produção e a reprodução do espaço urbano do/ no Subúrbio Ferroviário, sob a nuance da autosegregação e dos espaços residenciais fechados.

A primeira coisa a se considerar é que a pesquisa revela um Subúrbio Ferroviário diverso, carregado de contradições, o que se expressa também nas apropriações em escala intra-bairro por frações da classe trabalhadora e do subproletariado, que vem tendo desiguais condições de acesso a moradia nos últimos 50 anos. Esta gênese e a reprodução espacial subsequente criaram espaços altamente diferenciados, ainda que adjacentes.

Os casos estudados em Paripe e em Mirantes e Colinas de Periperi são representativos porque inserem-se entre outros empreendimentos público-privados

que ajudaram a consolidar a apropriação urbana e capitalista do Subúrbio Ferroviário (pós-1980), sendo que a autossegregação foi e ainda é processo que também condiciona o espaço e suas práticas socioespaciais relacionadas.

Esta abordagem sobre autossegregação e os espaços residenciais fechados em bairros periféricos não pretende afirmar que há significativas semelhanças entre Mirantes de Periperi, MCMV e o Alphaville por exemplo. Mas está interessada em investigar a amplitude das dinâmicas de autossegregação na (re)produção do espaço urbano, revelando-se também presente nos conflitos por moradia, infraestrutura e serviços públicos vividos no cotidiano residencial entre frações da classe trabalhadora.

Permitiu também considerar que a falta do poder de consumo para melhorar a fortificação residencial, tem sido provável inibidor da reprodução espacial dos espaços fechados em sua noção ideal, sofrendo resistências ativas - vezes solidárias, vezes conflituosas - dos moradores de dentro e de fora. Isso se revela quando os 'de fora', para serem menos impactados pelos muros, criam estratégias como pulá-lo ou destruí-lo.

Prevalece nos espaços estudados a sensação de insegurança como a principal justificativa da autossegregação, destacando-se lateralmente a privacidade, o sossego e o estacionamento como privilégios associados ao lugar autossegregado.

Nesse sentido, as observações mais superficiais ou mais aprofundadas compõem evidências que revelam a existência, no Subúrbio Ferroviário, de formas, processos, intencionalidades e espaços relativos à autossegregação socioespacial, comuns em outras cidades brasileiras. A pesquisa ressalta esse fenômeno na escala local e no bairro periférico, com implicações às relações sociais e às formas urbanas: da viela, da rua, do prédio e do conjunto de prédios; compondo assim a dinâmica mais ampla da reprodução do espaço urbano no Brasil, que tem promovido a fragmentação socioespacial em âmbito intra-urbano.

## REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

BARBOSA, Daniela B. L.. **Do medo da violência à 'condominiarização' das cidades brasileiras:** sobre as consequências socioespaciais da modificação da legislação federal de parcelamento do solo urbano. Tese (Doutorado) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>, acesso: 01 de jun. 2017.

BRITO, Cristóvão. **A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970.** Geotextos, Salvador: UFBA, v.1, n.1, 2005, p.51-80.

\_\_\_\_\_. **Grande corporação e estruturação da região industrial e urbana nos arredores de Salvador-Ba.** Geotextos, Salvador: UFBA, v.3, n.1 e 2, 2007, p.89-116.

CALDEIRA, T. P. R. **Fortified Enclaves:** the new urban segregation. Public Culture, Chicago, v. 8, n.2, 1996, p. 303-328.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007a.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A (Re)Produção do Espaço Urbano.** São Paulo: USP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico.** In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 75-110.

GARCIA, Atonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais:** Salvador, Cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GORDILHO-SOUZA, A. M.. **Configuração do habitar contemporâneo em Salvador:** legalidade urbanística e exclusão. In: VIII Encontro da Anpur, Porto Alegre. Anais do Encontro. Porto Alegre: Anpur, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da idealização do subúrbio à construção da periferia** - Estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Niteroi, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** London: Blackwell Publishing, 1991.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** In Marx, Karl. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Estudos Cebrap, 2, 1972.

PEREIRA, Gilberto Corso. **Habitação e infra-estrutura urbana em salvador e região metropolitana.** In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Orgs). *Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática.* Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Loteamentos murados e condomínios fechados:** a propriedade fundiária urbana e segregação sócio espacial. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

SANTOS, Janio. **A cidade poli(multi)nucleada:** a reestruturação do espaço urbano em Salvador. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SERPA, Angelo. **Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: O exemplo de Salvador**, Geotextos, Salvador: UFBA, v.3, n.1 e 2, 2007, p.31-46.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo : Com panhia das Letras, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

\_\_\_\_\_. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades**. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO** Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-166-4

